



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 20/06/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### BC eleva a Selic em 0,5 ponto, a 13,25%, e indica nova alta em agosto

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou nesta quarta-feira (15) a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, de 12,75% a 13,25% ao ano, e indicou que o ciclo de aperto monetário não terminou.

Diante do cenário de incertezas e do risco de desancoragem das expectativas para prazos mais longos, o colegiado do BC sinalizou que o aumento de juros se estenderá para a próxima reunião, em agosto, quando prevê uma nova alta de igual ou menor magnitude. Isso significa um aumento de 0,5 ponto percentual ou de 0,25 ponto percentual.

"O comitê enfatiza que irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", afirmou.

Para justificar o movimento, o Copom citou "a crescente incerteza da atual conjuntura", que, em conjunto com o "estágio avançado do ciclo de ajuste" e seus impactos futuros, exige "cautela adicional em sua atuação".

O Copom começou a subir os juros em março de 2021, quando a Selic partiu de seu piso histórico, em 2% ao ano. O Brasil foi um dos primeiros países entre as principais economias do mundo a fazer esse movimento.

Desde o início do ciclo de aperto monetário, há mais de um ano, já são 11 altas consecutivas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de junho.

### Reajuste de combustíveis aumenta chance de inflação maior em 2022

O efeito sobre a inflação dos novos reajustes da gasolina e do óleo diesel não deve ficar restrito a junho. Segundo analistas, os aumentos anunciados nesta sexta-feira (17) pela Petrobras também vão gerar reflexo no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em julho.

Não bastasse o impacto dos reajustes por si só, os ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de aliados contra a estatal intensificam o clima de tensão no mercado.

De acordo com a Petrobras, o preço médio da gasolina nas refinarias será reajustado em 5,2% a partir deste sábado (18), e o valor do diesel, em 14,3%.

O economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), projeta que a nova alta da gasolina vai gerar impacto de 0,14 ponto percentual no IPCA, distribuído nos meses de junho e julho. No caso do diesel, o efeito estimado é de 0,04 ponto percentual em igual período.

"No IPCA deste mês, vai aparecer apenas metade do aumento da gasolina e metade do aumento do diesel. Hoje [sexta-feira] é dia 17, e boa parte da coleta dos preços já foi realizada", afirma.

Com os reajustes, Braz elevou sua previsão para a inflação no acumulado deste ano: de 9% para 9,2%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 18 de junho.

### Reajustes ao longo do ano devem anular o efeito do corte do ICMS

O reajuste dos preços dos combustíveis anunciado nesta sexta-feira, 17, pela Petrobras, elimina apenas parte do efeito da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pretendido pelo governo. Mas, como são esperados novos aumentos ainda este ano, o corte tributário pode ser anulado, avalia a economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do Ibre-FGV, Juliana Damasceno.

A alta para a gasolina a partir deste sábado, por exemplo, será de R\$ 0,15 por litro, enquanto simulações do governo apresentadas ao Congresso indicam que as desonerações, tanto de ICMS quanto de impostos federais, podem significar redução de R\$ 1,65 no litro da gasolina.

"Novos reajustes são previstos para o futuro próximo, seja por conta da pressão cambial ou do preço internacional dos combustíveis", ressalta Juliana. Ela lembra ainda que a política de desonerações evita, de certa forma, uma inflação hoje, mas que pode ser devolvida no ano que vem.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 18 de junho.

## 23 milhões de pobres vivem com menos de R\$ 7 ao dia no Brasil

O total de brasileiros abaixo da linha básica de pobreza no país atingiu recorde no fim de 2021, com 23 milhões de pessoas —quase uma Austrália— vivendo com menos de R\$ 210 ao mês (R\$ 7 ao dia). Isso equivale a 10,8% dos brasileiros.

Embora baixo para suprir as necessidades básicas, o valor é usado como critério de elegibilidade a algum benefício pelo Auxílio Brasil —o que significa que milhões de brasileiros que teriam direito a entrar no programa seguem excluídos.

Além do recorde no total de pessoas vivendo com menos de R\$ 210 ao mês, em série iniciada em 2015, os mais pobres foram submetidos a volatilidade extrema nos seus rendimentos. Eles variaram muito nos últimos dois anos, com a adoção do Auxílio Emergencial na pandemia, o fim do Bolsa Família e a indefinição até a criação atual Auxílio Brasil.

Em termos de mudanças, a proporção de pobres em bases anuais subiu 42,1% entre 2020 e 2021, correspondendo a 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões em relação ao pré pandemia, segundo dados da FGV Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE.

"Além da elevada desigualdade social e do baixo crescimento econômico dos últimos anos, os mais pobres têm sofrido muito com a 'montanha-russa' no valor de seus rendimentos, o que é muito ruim para o planejamento e bem estar da população", afirma o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Nessa "montanha-russa", a renda domiciliar per capita mensal dos 10% mais pobres vinha em queda antes da Covid-19 e despencou a menos da metade no início do isolamento social (de R\$ 114 em novembro de 2019 a R\$ 52 em março de 2020). Deste mínimo, foi mais do que quadruplicada até seu pico histórico, em agosto de 2020 (R\$ 215), na fase mais generosa do Auxílio Emergencial.

Depois, desabou a pouco mais de um quarto com a suspensão do programa em janeiro de 2021 (R\$ 55). A retomada do benefício, com cobertura e valores reduzidos, recuperou parcialmente a renda dos mais pobres (R\$ 113 em agosto de 2021), com tendência de novo recuo nos últimos meses do ano, ficando 15,8% abaixo do nível pré pandemia (R\$ 96 em novembro de 2021).

Segundo Neri, pesquisas mostram que quase dois terços dos 40% mais pobres no país normalmente contam com a ajuda de parentes e amigos para sobreviver no dia a dia. "Como agora estão todos na mesma, essa rede de ajuda ficou muito limitada."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de junho.

## Governo Bolsonaro quer subsidiar combustíveis, mas deixa 764 mil famílias na fila do Auxílio Brasil

Preocupado com o impacto da inflação na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) deu aval ao uso de até R\$ 46,4 bilhões em recursos públicos para subsidiar combustíveis, enquanto o governo mantém 699,3 mil famílias em situação de extrema pobreza na fila de espera do programa Auxílio Brasil.

Essas famílias sobrevivem hoje com renda mensal de até R\$ 105 por pessoa, no momento em que a inflação está elevada e o mercado de trabalho ainda não se recuperou de forma vigorosa.

Outras 65,2 mil famílias em situação de pobreza, com renda mensal de R\$ 105,01 a R\$ 210 por pessoa, também estão habilitadas ao programa, mas não tiveram o benefício concedido pelo governo.

São domicílios com gestantes, nutrizes ou ao menos uma criança ou jovem de até 21 anos.

Ao todo, a fila reconhecida pelo Ministério da Cidadania era de 764,5 mil famílias em maio de 2022, segundo dados da pasta obtidos pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação.

Especialistas avaliam que o estoque de pedidos represados deve crescer nos próximos meses, uma vez que a perda do emprego e o encarecimento de produtos, sobretudo alimentos, têm ampliado o número de famílias que precisam de ajuda para suprir necessidades básicas.

No mês passado, o programa —criado no lugar do Bolsa Família para ser a vitrine social de Bolsonaro— pagou um benefício médio de R\$ 409,51.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 20 de junho.